

Brasil 2020: como é possível pensar e agir entre o local e o global?

Brazil 2020: how is it possible to think and act between the local and the global?

Paolo Colosso*

Resumo

O artigo se soma ao esforço de formular teorias sociais críticas, capazes de pensar e agir em múltiplas escalas, compreendendo as mediações entre essas. Para tanto, o percurso aqui proposto se dá em três etapas. O primeiro analisa nosso momento histórico como um período marcado por crises globais, com um diagnóstico do presente que atenta para as reestruturações produtivas e fenômenos sociais que atravessaram a experiência e imaginário coletivo. No segundo momento, argumentamos pela necessidade de um pensamento-ação em duplo foco, isso é, construir desde já espaços que antecipem uma outra sociedade, mas também acumular forças nos centros de decisão da política institucional, convergindo na ideia de um novo projeto de sociedade. O terceiro momento, reflete sobre o lugar de arquitetas(os) e urbanistas nesses processos. Defendemos redefinições disciplinares nos estudos urbanos que permitam à urbanistas e arquitetas(os) incidirem mais diretamente numa cultura urbana transformadora, ou seja, participarem ativamente de projetos coletivos capazes de ampliar a democracia desde as cidades.

Palavras-chave: pandemia; crise econômica global; movimentos sociais urbanos; espaço e política; teoria crítica.

Abstract

This article contributes to the analyses of social theories implicated in multiple scales. To this end, the program proposed is divided in three stages. First, we understand our historical moment as a period marked by global crises, with a social diagnosis observing productive restructuration and collective experiences. In the second part, we argue that thinking and acting in multiple scales, implies building spaces that anticipate another society, but at the same time, it is necessary to accumulate forces in the decision-making centers and converge on the idea of a new social project. In the third moment, we look for disciplinary redefinitions in urban studies that allow urban planners and architects to focus more directly on a transformative urban culture, that is, to participate in a radical and urban democracy.

Keywords: coronavirus pandemic; global crises; social urban movements; space and politics; critical theory.



Introdução

Este artigo se soma ao esforço de compreender que, em nosso momento histórico, há imbricações entre dinâmicas estruturais globais[1], a produção do espaço e o cotidiano vivido nas cidades, o que exige das teorias sociais críticas pensar e agir em múltiplas escalas. Em nosso ponto de vista, Henri Lefebvre é uma referência fundamental nessa empreitada[2], na medida em que consegue fazer mediações entre os níveis do cotidiano, o urbano e o global. Obviamente se trata de um objetivo ambicioso, impossível de se esgotar num artigo; o proposto aqui é, em três etapas, montar um mosaico de problemáticas e hipóteses que colocam tônica em aspectos sensíveis aos estudos urbanos.

No primeiro tópico, busca-se caracterizar nosso momento histórico como um período marcado por crises globais, com um diagnóstico do presente que atenta para as reestruturações produtivas e fenômenos sociais que marcaram a experiência coletiva. Com essa leitura totalizante sempre aberta, compreendemos o global[3].

O segundo bloco expõe de que maneiras a análise crítica pode pensar e agir em múltiplas escalas, diante de cenário tão adverso. Argumenta-se que será preciso construir, desde já, espaços que antecipem a experiência coletiva de uma outra sociedade, o que mantém reintegrados pensamento e ação. Mas também, é extremamente urgente acumular forças nos centros de decisão da política institucional.

O terceiro bloco reflete sobre o papel e o lugar de urbanistas e arquitetos nesses processos. Atenta para redefinições disciplinares nos estudos urbanos que permitam a esses atores sociais incidirem mais diretamente numa cultura urbana transformadora, isto é, participarem ativamente de projetos coletivos capazes de ampliar a democracia desde as cidades e os territórios.

1. Crises globais: entre os processos estruturantes e o cotidiano urbano

Para compreender os traços mais estruturais de nosso momento histórico, isto é, para realizar um diagnóstico do presente, é necessário identificar que as duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela experiência de crises, o que

colocou amplos setores da população mundial em situações de grande vulnerabilidade. Isso implica perceber em que medida as democracias capitalistas preservaram a estabilidade de 1% e foram incapazes de gerar formas de vida minimamente dignas para “os outros 99%”[4]. Ainda que sejam dolorosos, tais momentos trazem lições históricas importantes.

Nossa primeira grande crise global foi econômica, deflagrada em 2007-2008 pela irresponsabilidade de bancos estadunidenses, com impactos imediatos no sistema financeiro de todo o mundo. Os Estados nacionais intervieram para estabilizar os mercados e impuseram, como saída, medidas de austeridade fiscal que lançaram nas camadas populares os ônus da estabilização. Sob pressão das potências econômicas e do Fundo Monetário Internacional, os países aplicaram mais uma rodada do receituário de cortes em saúde, educação, previdência e outros serviços. Na Europa, esta foi a condição para que os Estados mais ricos cooperassem com a recuperação dos remediados do Leste e da região mediterrânea. De modo geral, a recuperação econômica desses países ficou aquém do esperado, mas os índices de desigualdade e condições de vida se acirraram com o enfraquecimento da proteção social.

Não por acaso, assistimos à uma onda também global de protestos. A revolta das panelas na Islândia foi vitoriosa, impediu que as autoridades salvassem os bancos e exigiu a estabilidade da população. A juventude espanhola, que mais sofria com o desemprego e a crise habitacional, foi a protagonista dos *Indignados*, depois conhecidos como 15M. Os *Occupy* contagiaram muitos espaços públicos para além das estadunidenses; todas elas se sentiam parte dos “outros 99%”, não representados pelas autoridades de seus países. A onda de protestos ficou conhecida como “Cidades Rebeldes” (HARVEY, 2014) ou também como “movimento das praças” (GERBAUDO, 2017); e os ânimos insurgentes continuam latentes desde lá[5]. Na França, em 2016 Nuit Debout e os coletes amarelos em 2018-2019. Também em 2019, estudantes e jovens promoveram manifestações massivas no Chile.

Com o Brasil fora um pouco diferente. A saída para a crise se deu na chave do que o cientista político André Singer (2018) denominara de um “ensaio desenvolvimentista” e Armando Boito (2018) de um “neodesenvolvimentismo”. Robustos investimentos foram aplicados em setores estratégicos, muitos ligados à produção do espaço urbano, o que promoveu um crescimento

mais acentuado até 2014, além de um boom imobiliário inédito. Mas isso não foi suficiente para conter o clima de instabilidade que pairava no mundo. Os governantes mais sensíveis às pautas sociais foram tensionados à direita e à esquerda; desde 2011 aumentaram as greves[6] e em 2013 eclodiram protestos massivos de “ideologias cruzadas”, que encorajaram forças políticas diversas (SINGER, 2018). Em 2014, frações importantes da burguesia se convenceram de que aquelas políticas eram insuficientes e, aos poucos, desembarcaram do governo. Neste mesmo ano, a oposição, novamente vencida – e insuflada pela grande imprensa – não aceitou o resultado das eleições, passou a desestabilizar a vida política e conseguiu trazer para si o centro fisiológico que dominava o poder legislativo.

Formara-se então a correlação de forças necessária para a deposição da presidente Dilma Rousseff, numa ruptura institucional que rapidamente pôs em marcha as políticas de desmanche de garantias mínimas, a desregulamentação do trabalho e perdão de dívidas ao grande empresariado. Os resultados foram parecidos: recuperação econômica pífia, aumento de desigualdades[7], com o agravante de que aqui o país retornou ao mapa da fome, ampliou em muito a parcela de trabalhos informais e, no mesmo período, a fração financeira dos grandes players bateu recordes de faturamento[8].

As forças sociais populares que vinham mobilizadas também se insurgiram contra essas políticas, formando duas grandes frentes. Estas estiveram juntas na Greve Geral de 2017, que tomou todas as capitais e 150 cidades, com muitos milhões de pessoas nas ruas. Foi também contra o desmanche que em 2015 estudantes secundaristas paulistas ocuparam mais de 150 escolas e bloquearam festivamente avenidas da capital. Os ânimos contagiaram o país e no ano seguinte ocuparam cerca de mil escolas em diversos estados (COLOSSO, 2019).

Não por acaso, teorias sociais críticas desse período no Brasil e no mundo destacam em que medida as contradições neoliberais caminharam para uma “desdemocratização” (BROWN, 2015). Salientam ainda que, nessas, não há um Estado mínimo, mas sim um que intervém para garantir as condições de acumulação de capitais – através da desregulamentação, flexibilização, submissão e privatização (DARDOT e LAVAL, 2016).

O que ocorre, tendencialmente, é se dissolver a distinção moderna entre setor público e setor privado, de tal modo que

o primeiro assume a racionalidade, as práticas e o léxico do último. O *management* e a forma empresa são levados ao Estado, o ente que a princípio defenderia o interesse geral de toda uma coletividade[9]. Essa proposição ampla e abstrata somente se torna possível porque há os atores sociais, os indivíduos concretos que pautam os mercados privados e tem incidência direta nos centros de decisão, quando não transitam diretamente entre esses, como numa porta giratória.

A segunda metade dos anos 2010 foi marcada por um cenário ainda mais regressivo. Chegaram ao poder líderes populistas e reacionários, impulsionados por grandes investimentos transnacionais, por técnicas de mobilização de afetos e por tecnologias de comunicação em massa, figuras centradas na retórica de ódio às instituições.

É importante perceber como essa ascensão de uma nova direita não superou a crise de representação democrática latente na insatisfação difusa desde a crise econômica. Pelo contrário, estes “novos líderes” acirraram a descrença com a democracia por meio de narrativas simplistas, negacionistas, que justamente por isso ressoaram nos setores sociais mais sedentos de atalhos aparentemente fáceis. Com isso, tais lideranças conseguiram sobreviver a uma antipolítica, que fragmentou ainda mais o tecido social, enquanto seguiam com políticas econômicas que satisfizeram os abastados de sempre. Não por acaso, nos anos 2010, cientistas políticos já buscavam descrever “como as democracias morrem”[10].

Sob a gestão Bolsonaro, assistimos à uma reaproximação de significados nos quais os subalternos, os pobres e periféricos majoritariamente negros ou os provenientes das regiões Norte e Nordeste são os culpados pelas próprias adversidades, os que não se esforçaram o suficiente. São os dotados de uma moralidade fraca, facilmente corruptível, porque estão à deriva das necessidades materiais de sobrevivência. Com isso, as imagens criadas para esses oscilam entre a de sujeitos desviantes, vagabundos, a “classe perigosa”, não raro, tidos ainda como os incômodos da sociedade, entraves ao crescimento[11]. Tais narrativas estigmatizantes, enraizadas no imaginário escravocrata, ampliam conflitos de classe, gênero e étnico-raciais[12].

Em 2020, o mundo foi aplacado pela segunda grande crise de nossa época, amplificada pelo desmanche da seguridade social

e serviços públicos, mas não causada diretamente por ele. Trata-se da pandemia do vírus denominado COVID-19, de alto contágio e relativa mortalidade.

Na ausência de vacinas, o modo mais eficaz de conter o vírus foi ampliar medidas de higiene e o denominado isolamento social, que significava a permanência das pessoas em suas residências. Mas no Brasil, isso obviamente se deu com dificuldades diversas. Em nosso país, ainda há mais de 6 milhões de famílias sem uma moradia digna, 35 milhões de pessoas sem acesso a rede de abastecimento de água e 100 milhões – quase metade da população – não têm acesso a redes de coleta e tratamento de esgoto, cujo destino final é, frequentemente, rios, córregos, praias e lagoas. Às vezes três, quatro, até cinco famílias dividem uma unidade habitacional. Novamente, as cidades escancararam abismos estruturais de nossa formação econômico social[13]. Houve uma distribuição extremamente desigual dos ônus, da instabilidade e dos sofrimentos. As periferias e favelas nem sempre tiveram a maior concentração de casos, mas sim o maior número de mortes[14].

A figura aparentemente forte do grande líder se apequenou rapidamente. Furtou-se de assumir a liderança que lhe cabia, recusava recomendações das autoridades científicas internacionais e ampliou o clima de instabilidade e desorganização entre os estados da federação. Não por acaso o Brasil esteve entre os países com maior número de mortes pela COVID-19.

A iniciativa privada e atores do mercado, no melhor dos casos, seguiram orientações e destinaram parte de suas produções para o fim determinado como prioritário mas, em muitos outros casos, reforçaram a fragmentação e desorganização social ao impor cálculos econômicos em momentos nos quais o valor fundamental era a garantia da vida. Demissões, suspensões de contrato, chantagens políticas mostraram em que medida a burguesia nacional se exime de responsabilidade tão logo veja risco de queda em sua taxa de lucro[15].

Os efeitos da COVID-19 ainda são imprevisíveis, mas algumas lições já merecem destaque: em problemas dessa ordem as saídas precisariam ser coordenadas e cooperadas, o que somente seria possível através de ações do poder público e da sociedade organizada. Seria imprescindível a presença de um Estado que orientasse os investimentos e políticas públicas de

acordo com as necessidades sociais prioritárias.

2. Pensar e agir entre o local e o global

O pensamento crítico precisa compreender o presente histórico em suas contradições e estar atento às condições de possibilidade de transformação. Por essa via, reintegra pensamento e ação, teoria e prática situada. Mas essas considerações gerais precisam ganhar concretude em cada momento histórico. No nosso caso, isto implica perceber que, sob os marcos neoliberais, as democracias continuam a ser consideradas enquanto tais apenas por força do hábito. Nos termos de Fraser, o neoliberalismo não se legitima mais.[16] Também com Fraser, reforçamos nossa posição: se quisermos pensar formas de vida efetivamente democráticas, é preciso construir desde já um projeto de sociedade para “os outros 99%”.

A nosso ver, para que o pensamento crítico se mantenha um pensamento vivo, dinâmico, precisará enfrentar o fato de que nossa sociedade produziu, ao mesmo tempo, o pior e o melhor em termos civilizatórios. É preciso meditar com postura ativa essa contradição acirrada.

Nós já tínhamos sido avisados desde 1940 por Walter Benjamin nas “Teses sobre o conceito de história”, de que todo documento da cultura, é também um documento da barbárie[17]. Isso está sendo escrito agora. A destruição acelerada de nosso patrimônio ambiental, o desprezo por povos nativos e pelas camadas trabalhadoras lançadas às condições instáveis da informalidade. A relativização da ditadura civil-militar por uma Secretaria da Cultura[18], ou quando nossa autoridade máxima, diante da notícia de milhares de mortes, declara: “E daí?”[19] Todos esses são documentos que entram para história e para a posteridade como sinais evidentes da barbárie.

Outra lição que vale para nossa geração vem da Dialética do Esclarecimento (1944). A história não é um caminho linear em direção ao progresso. Talvez, por alguns momentos acreditamos nisso para organizar a vida cotidiana, mas se observarmos mais atentamente, é fato que podemos correr a passos largos para uma regressão civilizatória. Sobre tudo, em nossa sociedade, cuja modernidade é permeada por um imaginário escravocrata, mandonista e segregador. Nesta, elites constroem os enclaves fortificados nos quais conseguem estar apenas entre seus

pares, negar a cidade existente e, agora com a pandemia, evitar qualquer contato com o mundo exterior em degradação. As mesmas tratam os subalternos como instrumentos de seus próprios caprichos e, nos momentos de crise, fica claro em que medida pretendem forjar para si, saídas individuais, deixar a população mais vulnerável à sua própria sorte.

É fato que tais figuras se sentem à vontade para se pronunciarem e se posicionarem de tal modo, porque no mais alto cargo do país há alguém com comportamentos muito semelhantes. Estão avalizados por um “líder” que, no momento adverso, exime-se de sua responsabilidade como liderança, repete uma retórica de minimização da gravidade que o mantém numa zona de conforto. Não por acaso, há similaridade nos recursos discursivos e também proximidade política entre estes atores. Estes se reforçam mutuamente num ciclo de autoconvencimento e apequenamento.

Mas nem de longe isso significa que todas as saídas estão bloqueadas. O que se pretende aqui é mostrar justamente o contrário. Nesse cenário, um pensamento crítico que se foque apenas nos aspectos regressivos, distópicos – que são reais e diversos – tende a reforçar o clima de apatia e bloqueio já instaurado pelo confinamento e distanciamento social. O risco aí implícito é deixar ainda mais espaço para necropolítica[20] e o conservadorismo permanecerem como as vozes se afirmando que são a única saída possível.

Como lembra Naomi Klein, “não basta dizer não”[21]. O pensamento crítico precisa cultivar a virtude da ousadia e da coragem em múltiplas frentes, múltiplas escalas. É preciso subverter ao mesmo tempo, diariamente, o conservadorismo e a melancolia, o cinismo do poder e a apatia que ele gera. Vai demorar até que possamos fazer aglomerações, mas não precisamos esperar até lá. Isso vai acontecer nas interações cotidianas, vai acontecer nos territórios, nas salas de aulas e nas redes. Ainda é difícil sair na rua, mas é como se saíssemos.

Quando dizemos que engendramos o pior e o melhor, isso significa também pensar espacialmente. É preciso saber identificar onde estão os espaços que prefiguram formas democráticas de viver juntos, onde se tecem vínculos, cuidado recíproco, cultivo à participação e inteligência coletiva no destino em comum.

É preciso manter-se atento a esses espaços, porque o pensamento crítico não pode se distanciar da ação, das práticas

experimentais, não pode se distanciar das forças dinamizadoras da transformação social. E essas forças tendem a crescer nos períodos de crise, pois a necropolítica deixa ver seu caráter destrutivo; isso se torna evidente para mais setores da população. E nesse momento, é preciso haver referências que mostrem a existência concreta e contrastante em relação a essa política da morte em escala massiva[22].

Nos últimos anos, mesmo nesses mais difíceis depois de 2016, temos assistido a um caldo de cultura urbana formado por essas forças vivas. Há uma geração de jovens que está disposta aos avanços democráticos. Eles estão nas universidades públicas e particulares, nos Institutos Federais, nos cursinhos populares montados em periferias e em ocupações. Esses sujeitos, mulheres e homens, estavam entre os secundaristas, estavam na Greve Geral de 2017 e continuam a defender a educação pública. Há também as mulheres da primavera feminista que, como lembra Rosana Pinheiro-Machado (2019), amanhã vão fazer maior. Há o movimento negro que se levantou novamente em 2020 contra o racismo estrutural.

Nesse momento da pandemia, movimentos populares desempenharam esse papel de elemento aglutinador e de referência de cooperação, solidariedade e cuidado com as populações que mais sofriam.

Ao longo da pandemia, o Movimento de Sem Teto do Centro (MSTC) atendeu em São Paulo cerca de 4.500 famílias com cestas básicas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[23] apresentou uma escala ainda mais impressionante na Bahia, ao fazer uma doação de 200 toneladas de alimentos da reforma agrária. As cooperativas gaúchas do movimento doaram 12 toneladas de arroz orgânico. No estado de São Paulo, o movimento produziu mais de 300 litros de sabão e 107 kits de frutas distribuídos a caminhoneiros nas rodovias. Somente em Recife, eram distribuídas 1.000 marmitas por dia. Isso não fora uma mera resistência, mas uma atividade contínua de produção de frestas.

Tais movimentos nos ensinam que, sobretudo em momentos regressivos, é preciso abrir espaços de respiro e de contágio. Espaços prefigurativos, que atualizem aqui e agora a experiência de uma sociedade que se quer construir. Esses espaços aceleram uma dinâmica de transformação e o desejo de algo outro, radicalmente diferente do que esse mundo medíocre e

mesquinho em que fomos colocados. Esse revolvimento desde as raízes vai ser diário, no micro. E isso tem uma grande força aglutinadora, porque recebe aqueles que foram assolados pela necropolítica ou se indignaram com ela.

Mas a micropolítica não é mais suficiente. Não se trata de sermos institucionalistas ou de nos restringir a propostas de leis e de políticas públicas. Trata-se de reconhecer que não adianta fazer propostas ousadas sem a força de dar consecução a elas.

É preciso uma estratégia ambiciosa no macro, agora que a ideia de Estado mínimo está deslegitimada. O Estado mínimo nunca existiu, agora está mais evidente. Há sinais claros e crescentes para setores amplos de que são necessárias ações coordenadas, convergentes, que só podem ser feitas por meio do Estado. A aprovação de uma renda básica, uma pauta progressista de mais de décadas, aponta para isso.

Em meados de 2020, há boas proposições que são consensos entre as Frentes com maior base social no país, mas nos centros de decisão a força progressista ainda é muito limitada. Vale nos determos em alguns: 1) a revogação da Emenda Constitucional 95, a PEC do teto, que tem estrangulado os investimentos e impossibilitado a presença do Estado como indutor da recuperação; 2) a reconfiguração da política econômica, de modo a coordenar investimentos nas atividades que garantam saúde, emprego e renda das camadas populares; 3) a taxação das grandes fortunas, da remessa de lucros e dividendos para o exterior, dos lucros dos bancos e execução das dívidas dos grandes sonegadores. Com isso, colocar em marcha uma reforma tributária progressiva; 4) a universalização do saneamento ambiental e do direito à moradia, que são pontos mínimos para a dignidade das populações urbanas e fundamentais para conter novos ciclos de pandemia; 5) a ampliação de recursos para pesquisas e universidades públicas, que são as melhores do país e já buscam saídas para a COVID-19; 6) a garantia de uma soberania alimentar com a qual se enfrente o problema grave da fome.

Se esses pontos avançassem, poderíamos trabalhar para construir um outro modelo de desenvolvimento pautado por um crescimento redistributivo, socialmente justo e ambientalmente responsável, coerentes com uma sociedade altamente urbanizada. Essas formulações poderiam encontrar uma síntese sob a forma de um “projeto”. Como reforçaremos adiante, a ideia

de projeto pode reunir múltiplos atores, escalas, combinar uma política do cotidiano e um horizonte de mudanças estruturais.

Vale reforçar, não se trata de sermos institucionalistas, mas precisamos saber pensar de modo ousado em termos estruturais; e construir uma proposta de transformação radical exige um acúmulo de forças.

Em nosso caso, um projeto de sociedade que seja também um projeto coletivo de cidade, pois o primeiro somente se torna concreto e efetivo no segundo. Isto porque, em nossas condições históricas em que 85% da população brasileira é urbana, uma democracia efetiva, só é digna desse estatuto se tiver alta densidade participativa, englobando os espaços públicos, bairros e territórios.

3. Redefinições disciplinares: como urbanistas e arquitetos/as podem se inserir em espaços dinamizadores e incidirem num projeto transformador de cidade

A questão que perpassa este texto agora se volta ao nosso campo disciplinar, do seguinte modo: como urbanistas e arquitetos podem participar mais ativamente de espaços dinamizadores e de um projeto crítico-transformador para as cidades?

Em nossa perspectiva, a resposta para tal questão exige redefinições disciplinares, isto é, uma avaliação sobre as limitações e possibilidades do atual campo disciplinar, o que obviamente extrapola os limites deste artigo. Mas por ora, trazemos dois tópicos, a nosso ver, fundamentais.

O primeiro é o de que o fazer arquitetônico no Brasil precisa superar um estrangulamento decorrente, em grande medida, do caráter elitista e fragmentado da prática. É amplamente conhecida a pesquisa segundo a qual metade da população economicamente ativa já construiu ou reformou, mas apenas 15% destas se valeu de um profissional. Essa mesma pesquisa registrou ainda que 70% das pessoas entrevistadas disseram que teriam interesse em contratar esse tipo de serviço[24].

Em termos concretos, isso significa que no imaginário dominante arquitetos são os que projetam casas em bairros e condomínios de luxo, decoram lojas de grife ou, os que estavam no lugar certo e emplacaram como artistas, idealizam grandes museus e estádios. Há um grau de verdade nisso, mas certamente é a realidade de

uma estreita minoria da categoria, sobretudo se lembrarmos que nos últimos 18 anos houve uma grande ampliação do número de vagas e popularização do perfil de formandos. De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em 2018 se formaram mais de 22 mil profissionais.

Com isso, reproduz-se um cenário no qual grande parte dos jovens não tem acesso a esse mercado onde a arquitetura é consumida, tampouco se sentem capazes de atuar na realidade para além dele. E o maior agravante: o repertório de ação fica aparentemente reduzido a satisfazer superficialidades do consumo e do poder, caprichos de uma elite econômica e de governantes, quando há um campo imenso de necessidades sociais para serem enfrentadas.

Mas há saídas, em algumas universidades, públicas e particulares, jovens já são formados para compreender e intervir na realidade urbana dos outros 85% que atualmente não tem acesso à arquitetura. Isso se dá por meio da “Assistência Técnica para Habitação Social” (ATHIS), que é um direito previsto na lei 11.888/2008. Essas práticas acontecem através dos Escritórios modelos apoiados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA)[25], mas também em laboratórios, institutos e, para além das universidades, em ONGS, escritórios populares, cooperativas junto a movimentos sociais e mesmo em administrações públicas mais compromissadas com o avanço do todo social.

Essas arquitetas e arquitetos propõem melhorias e reformas de baixo custo, constroem casas na forma de mutirões autogeridos e pressionam as prefeituras a promover equipamentos e espaços para o interesse coletivo. Contribuindo para a garantia do direito à moradia e também para melhores condições de saúde, extremamente urgentes nesse momento.

Essas práticas necessitam agora ganhar escala nacional a ponto de se tornarem uma cultura no campo disciplinar. Com isso, arquitetas e arquitetos comprometidos com um projeto de cidade e sociedade urbana poderão atuar junto a essas necessidades que tocam – para nos valer da expressão dos *Occupy* e Nancy Fraser – “os outros 85%” da população.

Além disso, é necessário ainda compreender o fazer arquitetônico não apenas como solução de problemas individuais, mas como prática político-pedagógica de organização popular. Ou dito de outro modo, o fazer arquitetônico precisa suscitar o desejo

coletivo pela efetivação de uma democracia desde às cidades e bairros.

Essas redefinições ganham uma boa síntese na forma do que tem sido chamado, na rede BrCidades, de *Parceria Público Popular*, a PPPoP[26]. Trata-se de um modelo de política pública aplicável para diversos serviços, que reconhece não somente a força organizativa, mas legitimidade jurídica e a competência de governança de movimentos populares, que junto de assessorias integradas tem condições de dar respostas efetivas, menos dispendiosas ao poder público no que diz respeito à provisão de habitação social, ao saneamento e à saúde de cidadãos e cidadãos.

Uma segunda redefinição disciplinar diz respeito ao repertório do urbanismo e planejamento urbano[27]. As lutas de meados dos anos 1980 pela redemocratização do país e, em nosso campo, pela reforma urbana, previam a criação de uma série de estruturas participativas, cujo objetivo era criar canais institucionais para democratizar as decisões sobre o urbano. Esses avanços tiveram como marco a Constituição de 1988, mas seus pontos altos se deram com o Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades, quando se tornaram mais claros os papéis dos Planos Diretores, dos conselhos e conferências desde os municípios, estados e até em escala federal. Esses avanços legais cumpriram o importante papel de criar canais institucionais de diálogo, condições necessárias para modelos mais democráticos de vida urbana.

Mas mesmo os atores diretamente ligados aos avanços institucionais mencionados, já em meados dos anos 2000 reconheciam problemas. Já em 2007, Maricato assinalava em tom de alerta que o tema da participação vinha sendo incorporado por setores diversos da esfera pública – do Banco Mundial a ONGs –, na mesma medida do esvaziamento de seus conteúdos estruturais, sob a marcha das políticas neoliberais.

A argumentação da urbanista traz pontos ainda atuais e importantes para este trabalho. Primeiro, que os movimentos estabeleceram com governos relações ambíguas, sob a forma “de cooperação, cobrança, cooptação que passa pelo atendimento das demandas de seus movimentos e não pela construção de uma política universalista ou republicana, onde cada um tem distintos papéis”. (MARICATO, 2011, p. 156). Segundo, é que a participação tendia a um caráter “demasiadamente ‘juridicista’

e institucional” (MARICATO, 2011, p. 100).

Um diagnóstico parecido foi colocado por Flávio Villaça (2005), com sua crítica às ilusões, modelo participativo dos Planos Diretores, tornado obrigatório a partir do Estatuto da Cidade. Villaça reforçou que, muitas vezes, as forças extra-institucionais tendiam a interferir mais efetivamente nas decisões governamentais do que os rituais de participação institucional. O geógrafo Rainer Randolph, ao propor um “planejamento subversivo” retoma Villaça, reforçando que muitas vezes “outras formas de pressão – como as matérias pagas na imprensa, as pressões diretas sobre os vereadores e sobre o próprio chefe do Executivo – são na verdade muito mais poderosas que as pressões, reivindicações ou ‘contribuições’ manifestadas nos debates públicos formais” (RANDOLPH, 2007, p. 4-5). Nesse sentido, conclui-se que: “o verdadeiro problema é que a maioria das concepções e realizações do planejamento participativo continuam presas à tradicional lógica instrumental, técnica e, as vezes, burocrática do planejamento estatal (público)” (RANDOLPH, 2007, p. 5).

Como Lefebvre, Randolph defende que um “planejamento subversivo” deve emergir como uma práxis, capaz de “realizar, na prática, a expansão do domínio das experiências sociais já disponíveis” (RANDOLPH, 2007, p. 12).

A necessidade de pensar o fenômeno urbano a partir das ruas, com movimentos sociais e em múltiplas escalas não é um fenômeno brasileiro. Atenta ao movimento das praças e à onda global de “cidades rebeldes”, ganha força o que Faranak Miraftab já propunha como “planejamento insurgente” pautado por práticas contra-hegemônicas[28], que reconhece a importância de outros atores sociais no “fazer cidade”, aponta também para a necessidade de “reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos” e de “descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro” (MIRAFTAB, 2016, p. 364). Tais práticas são denominadas pela autora de “espaços inventados”. Um exemplo paradigmático foi a luta vencedora que se deu em Istambul, na defesa do Parque Gezi e da praça Taksim contra a construção de um shopping.

Não vamos aqui, obviamente, fazer disputas categoriais como se algum conceito tivesse por si só um maior potencial transformador. O importante é compreender o mosaico de afetos, disposições psicossociais e ideias-força com as quais

os sujeitos – habitantes, usuários – sentem-se convocados a tomar parte de mobilizações coletivas que “fazem cidade” se reivindicam direitos à mesma. Muitas vezes, é no próprio acúmulo de forças que uma movimentação ganha radicalidade.

Essas disposições visam espaços abertos nos quais o uso e o acesso são universais, isto é, não são estratificados por renda, poder de consumo, tampouco reiteram estigmatizações étnico-raciais ou de gênero. A constelação de afetos expansivos reativa um senso de coletividade que envolve pertencimento, reforços recíprocos, capacidade de cooperação e, portanto, exigem também a gestão de conflitos para construir saídas coletivas. Isso significa que estes outros planejamentos não se resumem a um levantar-se insurrecional, mas exigem pactuações e repactuações a respeito de corresponsabilidade, estabelecimento de objetivos táticos e estratégicos, definição de metodologias que persistam nas oscilações do tempo e da conjuntura. Um movimento contínuo de, nos termos de Giselle Tanaka, “planejar para lutar e lutar para planejar”.

Sobretudo no cenário mais regressivo e ameaçador que no Brasil se desenha desde 2016 e somente se acentua em 2020, tem-se um quadro de criminalização de movimentos populares, violência institucional e crescimento de forças paramilitares. Com isso, as insurgências tendem a ganhar formas menos conflitivas, mas não menos efetivas. Pensar “insurgência” também significa pensar a construção de poder popular através de uma militância cotidiana, que exige formação, disciplina e, sobretudo, dê respostas concretas e imediatas às camadas populares expostas à instabilidade e precarização. Por isso, uma retomada da aposta na educação popular por meio de cursinhos em periferias e ocupações e, ainda, nos cooperativismos e assessorias técnicas que geram trabalho e renda popular – além da sociabilidade.

Por isso também, se torna importante nesse cenário levantar a ideia de “projeto” enquanto um elemento aglutinador de forças sociais diversas em torno de um objetivo em comum. “Projetar” como uma atividade generosa que constitui um “nós” e entende “projeto” enquanto síntese do esforço de pensar um outro ciclo político, que una as práticas cotidianas a um horizonte de cidade e sociedade. Isso também é um modo de pensar e agir nas múltiplas escalas, como descrevemos acima.

Em suma, com as redefinições aqui defendidas, urbanistas

sairão definitivamente dos escritórios e da dependência do poder público. Será preciso ressituar-se constantemente, de acordo com as transformações na paisagem cultural e o cenário político de uma ordem global, mas que tem impactos no cotidiano urbano. Mas mais do que isso, será preciso saber identificar onde estão as forças vivas, com bases populares e criar conexões possíveis, aproximar circuitos, saber “constituir classe” num mundo em desindustrialização, altamente urbanizado, com densas infraestruturas e tecnologias.

Considerações finais

Este artigo buscou fazer um diagnóstico amplo sobre nosso momento histórico, atentou para aspectos fundamentais de um pensar e agir em múltiplas escalas e, por fim, apontou para modos como arquitetas e arquitetos podem participar de um projeto transformador de cidade e sociedade. O percurso certamente deixou fios desamarrados e mediações por serem feitas, mas pavimentou alguns feixes de relações estruturantes

O fundamental foi compreender que, diante de um quadro tão regressivo, o pensamento crítico precisa saber pensar contradições acirradas, isto é, meditar sobre o fato de termos engendrado, ao mesmo tempo, o pior e o melhor em termos civilizatórios. Isso precisa ser pensado inclusive espacialmente, para que sejamos capazes de identificar onde estão os espaços dinamizadores de transformação, as forças vivas, o desejo de abertura, de descoberta, a possibilidade de escuta e de conexões não-mercantis.

Isso se traduz numa dupla estratégia. Uma política do cotidiano que construa espaços de respiro e contágio, que atualizem a experiência coletiva de um mundo futuro e ponham em circulação os princípios estruturadores de uma vida social efetivamente democrática desde o aqui e agora. Essa prática cotidiana de exemplaridade – nos espaços públicos, nas escolas e universidades, nos bairros e periferias, nas redes e na imprensa – não é um movimento para dentro, mas para fora, de construção de um polo de referência contrastante com a necropolítica genocida, conservadora nos costumes e neoliberal na economia. Estas práticas contagiosas podem aglutinar diferentes atores numa rede ampla, que converge na ideia de um projeto coletivo.

Num terceiro momento do artigo, tratamos de questões mais

específicas aos estudos urbanos e à prática de urbanistas e arquitetos. Argumentamos pela necessidade de redefinição do campo disciplinar, de modo a colocar tais profissionais mais próximos das necessidades sociais mais urgentes e das questões que nos colocam num futuro em comum. Para tanto, é preciso liberar as próximas gerações dos resquícios elitistas que colocam arquitetos em prol de caprichos de setores restritos da sociedade. Mas além disso, é necessário assumir que urbanistas precisam superar ao mesmo tempo uma pretensão tecnocrata e o participativíssimo institucional, pois estes não tem tido condições de incidir significativamente nos rumos das cidades. Não podemos ter medo de dizer que esse é um quadro em que a arquitetura e urbanismo estão rebaixados, submetidos a valores que não são seus.

É preciso assumir que este ofício não diz respeito a intervir apenas no “ambiente construído”, mas também e sobretudo nas decisões, nas práticas, crenças e valorações da sociedade urbana; pra falar filosoficamente, *é preciso ter a coragem de construir coletivamente outras formas de subjetivação e outros modos de viver juntos nas cidades.*

É também tarefa nossa perceber que as cidades podem ser o espaço de uma sociedade efetivamente democrática, melhor para todas e todos. Por sua própria configuração socioespacial e sua formação histórica, as cidades reúnem pessoas, concentram serviços, infraestruturas fundamentais e, portanto, detêm os recursos materiais e humanos necessários para construção de formas de vida que sejam socialmente justas, economicamente dinâmicas e ambientalmente responsáveis.

Estas proposições podem parecer utópicas, mas sabemos que projetar é um exercício de ampliar as fronteiras do possível. E vale repetir, o pensamento crítico é justamente aquele que não se contenta com pouco, não se submete ao existente, ao que está dado. Já temos na história de nossa disciplina e também em nossa sociedade, forças vivas que são movidas pelo impulso de construir aqui e agora o que se anseia estender para uma sociedade futura.

Notas

1. Para evitar impressões equivocadas de que nossa análise opera inadvertidamente sem recorte, ou a de que tem um caráter de manifesto, vale voltarmos a fundamentos basilares da Teoria Crítica, cuja origem remonta ao pensamento de Marx. Como lembra Marcos Nobre, “não cabe à teoria limitar-se a dizer como as coisas funcionam, mas sim analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo *concretamente possível e bloqueada* pelas relações sociais vigentes. [...] Dito de outra maneira, é a orientação para a emancipação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, o que permite pela primeira vez a constituição de uma teoria em sentido pleno”. Logo adiante, reforça o autor: “É esse ponto de vista que permite identificar as tendências estruturais do desenvolvimento histórico e seus arranjos concretos da perspectiva das potencialidades e dos obstáculos à emancipação”. Essa análise dos processos estruturais do presente histórico é o que podemos chamar de “diagnóstico do tempo presente” (NOBRE, Marcos (org). Curso livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2008. p. 17-18).

2. Para evitar digressões em relação a nosso objeto, trazemos em nota algumas considerações metodológicas acerca de nosso referencial teórico. Henri Lefebvre é quem nos permite entender a vida cotidiana e o fenômeno urbano enquanto mediações privilegiadas, isto é, elementos concretos a partir dos quais se entende uma ordem ou estruturação social mais geral e abstrata das democracias capitalistas. Nesse sentido o autor afirma: “o que se produz ou se constrói nas esferas superiores da prática social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que é até que ponto esta transforma a vida? É, portanto, ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam ‘alhures’, nas ‘altas esferas’. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana (LEFEBVRE. Critique de l’*avie* quotidienne II, 1962, p.50). E também de Lefebvre: “A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível as

instituições, as ideologias (LEFEBVRE. Direito à cidade, 2008, p.66). Importante dizer que nem sempre Lefebvre fala em escalas, mas mais recorrentemente em “níveis e dimensões”, entretanto o objetivo de Lefebvre – e também o nosso – é exatamente o que propõe esse número da revista, pensar relações entre o local e o global.

3. Novamente Lefebvre nos ajuda aqui com a metodologia. É o autor quem defende que o fenômeno urbano é uma mediação a partir da qual entendemos a sociedade de nosso tempo. Por essa via, o pensamento crítico realiza um diagnóstico do presente – em aberto, em transformação – buscando o conjunto ou totalidade social: “o fenômeno urbano se apresenta, desse modo como realidade global (ou se se quiser assim falar: total) implicando o conjunto da prática social. Essa globalidade não pode ser apreendida imediatamente (LEFEBVRE, A Revolução Urbana. Belo Horizonte: ed UFMG, 2000, p. 51).

4. A expressão “Nós somos os outros 99%” foi cunhada no calor dos protestos globais do Occupy, com objetivo de evidenciar que as saídas para a crise econômica de 2008 priorizavam o sistema financeiro e, por outro lado, lançavam os ônus da crise na maioria da população. As teóricas críticas Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya se valeram dela mais recentemente para pensar um “Feminismo para os 99%”, em livro homônimo, publicado pela ed. Boitempo (2019).

5. Esses processos foram reconstituídos em mais detalhes em COLOSSO, P. Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena. Tese de doutorado – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

6. Vale conferir TATAGIBA, L; GALVÃO, A. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, Campinas, vol.25, n.1 jan-abr 2019, p63-96.

7. Relatório de 2018 já atesta pelo índice Gini que, pela primeira vez nos últimos 15 anos, a relação entre renda média dos 40% mais pobres e da renda média total foi desfavorável para a base da pirâmide. E como o sistema de seguridade social no Brasil ainda é frágil, as externalidades negativas das políticas de austeridade se tornam visíveis nas cidades. Cresce o número de moradores de ruas, acampados em baixo de viadutos e canteiros de avenidas

8. UOL. “Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões”. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm>. Acesso em 29 de julho de 2020.

9. Vale trazer um trecho de Dardot e Laval: “o management apresenta-se Como modo de gestão “genérico”, válido para todos os domínios, Como uma atividade puramente instrumental e formal, transponível para todo o setor público. Essa mutação empresarial não visa apenas a a Aumentar a eficácia ia reduzir os custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (2016, p. 274)

10. Este é o título do livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt publicado nos EEUU em 2019, traduzido em seguida pela Ed. Zahar.

11. Importante notar, ainda a respeito desse ambiente do debate político brasileiro, que esta estigmatização ao que é público e aos pobres se estende também como ódio a todos aqueles que defendem pautas redistributivas, sociais, ambientais e urbanas ou mesmo de direitos humanos, como ONGs, entidades técnicas e profissionais. Uma busca rápida pela internet identifica um número enorme de notícias de ataques do presidente e seus ministros a essas instituições.

12. Vale conferir o *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* e, em especial, o capítulo de Luis Felipe Miguel. São Paulo: ed. Boitempo, 2018

13. Cf. COLOSSO, P. “Coronavírus: o escancaramento da realidade urbana e saídas possíveis”. Carta Capital, 04 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/>. Acesso em 29 de julho de 2020.

14. UOL Notícias. “Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP”. UOL, 05 de maio de 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticicos-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm>. Acesso em 29 de julho de 2020.

15. TERRA. “CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas”. 6 de abril de 2020. <https://www.terra.com.br/economia/ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1bf13976b2f303f61b5e9c718ee38cdcx8dw5npf.html>. E também “Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários”. Isto é, 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>

16. Cf. FRASER, Nancy. Entrevista ao Le Monde Diplomatique: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>

17. Cf. “Sobre o conceito de História”, in: *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*, p.225.

18. Como parte desse movimento, em 1959 surgiu em Belo Horizonte lembrar que, nesse momento, o Ministério da Cultura tinha sido dissolvido; a Secretária, a atriz Regina Duarte, era a responsável pela pasta da cultura em nível federal.

19. G1 GLOBO. “‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’ Diz Bolsonaro sobre mortes por Corona vírus; ‘Sou messias, mas não faço milagre’”. 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 29 de julho de 2020.

20. A ideia de “necropolítica” como entendemos aqui foi formulada por Achille Mbembe, em *Necropolítica*. São Paulo: Ed. N-1, 2018. Mas o termo já circula amplamente, para caracterizar um modo de organizar o corpo social no qual o poder determina os corpos que merecem viver e os que podem morrer. Esses sujeitos são os subaternalizados, invisibilizados, os considerados menores ou de segunda categoria.

21. Este é o título do livro de Naomi Klein. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2017

22. Cf MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

23. Vale conferir a entrevista de João Pedro Stedile a <https://tutameia.jor.br/soberania-alimentar-e-resposta-a-crise/>

24. Cf. CAU-BR. “Pesquisa CAU-BR/Datafolha: percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo”. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em 15/05/2020

25. Vale conferir o site da Federação em <http://www.fenea.org/projetos/EMAU>

26. CARVALHO, Celso. BEDESCHI, Luciana. “Parceria Público-Popular: uma proposta contra a especulação imobiliária”. Carta Capital, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/parceria-publico-popular-uma-proposta-social-contra-a-especulacao-imobiliaria/> Acesso em 29 de julho de 2020.

27. Por ora, este artigo não entra no debate acerca da distinção entre “planejamento urbano” e “urbanismo”, realizado por autores como Flávio Villaça (1999) e Erminia Maricato (2011). Assumimos a posição de Francoise Choay (1965), de Henri Lefebvre (1970) e Rainer Randolph, que tendem a aproximar os termos. Para nossos fins, ambos são tratados na chave das práticas, discursos e instituições que intervêm na produção do espaço urbano, enquanto política urbana, mediante a legitimidade do Estado. E o artigo problematiza, justamente, essa exclusividade do ator Estado nessas práticas.

28. Nos termos de Miraftab, “são contra-hegemônicas na medida em que desestabilizam a ordem normalizada das coisas; transgridem tempo e espaço ao posicionar a memória histórica e a consciência transnacional no coração de suas práticas. São imaginativas ao promover a concepção de um mundo diferente sendo, como Walter Rodney diz, possível e necessário. (MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. Planning Theory, 2009, p. 33) Como exemplo emblemático de prática insurgente vale citar o caso do Gezi Park, em Istambul. Uma sucessão de atos performáticos pautou o sucesso do movimento no impedimento de demolição do Gezi Park e da Praça Taksim para a construção de um shopping center.

Referências

ABRANCHES, Sérgio et. al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: ed. Cia. Das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Jorge Zahar, 1985

ARRUZZA, Cíntia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%** – um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BLYTH, Mark. **Austeridade, a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: UNICAMP, 2018

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth**. Cambridge: Zone Books, 2015

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia Press, 2019

CARVALHO, Celso. BEDESCHI, Luciana. **Parceria Público-Popular: uma proposta contra a especulação imobiliária**. Carta Capital, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/parceria-publico-popular-uma-proposta-social-contra-a-especulacao-imobiliaria/> Acesso em 29 de julho de 2020

CAU-BR. **Pesquisa CAU-BR/Datafolha: percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em 15/05/2020

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena**. 2019. – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

COLOSSO, Paolo. **Coronavírus: o escancareamento da realidade urbana e saídas possíveis**. Carta Capital, 04 de abril de 2020.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/> . Acesso em 29 de julho de 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **“Escritório Modelo”**. Disponível em: <http://www.fenea.org/projetos/EMAU>. Acesso em 15 de julho de 2020.

FRASER, Nancy. **Oneoliberalismo não se legitima mais**: entrevista ao Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/> . Acesso em 15 de julho de 2020.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**: Populism, Citizenism and Global Protest. Oxford University Press, 2017

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2014.

ISTO É. **Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários**. Isto é, 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>. Acesso em 29 de julho de 2020.

KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II** - Fondements d’une sociologie de la quotidienneté. Paris: ed. L’Arché, 1962

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVITSKI, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: ed Zahar, 2019

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. **O duplo desafio contra as regressões do direito à cidade**. In: Direitos Humanos no Brasil de 2019. São Paulo. Outras expressões: 2019

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. *Planning Theory*, v.8, 2009, p. 32-50.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n.3, 2016. p.363-377.

NOBRE, Marcos (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior** – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise. São Paulo: ed. Planeta, 2019

RANDOLPH, Rainer. **Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”**: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova*, v.11, n 17, 2007, p. 4-5.

SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O Lulismo em crise** – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. et. al. (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: ed. Boitempo, 2019

STÉDILE, João Pedro. **Soberania alimentar é resposta à crise – entrevista à radio Tutameia**. 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/soberania-alimentar-e-resposta-a-crise/> Acesso em 29 de julho de 2020.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar**: possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. *Opinião Pública*, Campinas, vol.25, n.1 jan-abr 2019, p63-96.

TERRA. **CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas**. 6 de abril de 2020. <https://www.terra.com.br/economia/>

ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1bf13976b2f303f61b5e9c718ee38cdcx8dw5npf.html.

UOL Notícias. UOL. **Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões.** 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

UOL Notícias. **Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP.** UOL, 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticis-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

***Paolo Colosso** é professor de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estudou na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (2004-2005), graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2015), onde desenvolveu também sua tese de doutorado (2015-2019). É membro do grupo de pesquisa Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e do laboratório Indisciplinar da EA-UFMG. Em 2018 realizou estágio supervisionado por Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Autor do livro *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business* (Annablume, 2017); publica textos de situação nos sites de Carta Capital, Outras Palavras e GGN. Junto à rede BrCidades, ganhou prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, na categoria Urbanidade (2019). Trabalha com questões de produção social do espaço, Direito à Cidade, movimentos sociais urbanos, cultura urbana, Teoria e História da Arquitetura, Urbanismo e Filosofia Contemporânea. E-mail: paolocolosso@gmail.com